



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Entrevista à Jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, em 3 de Março de 1991

Marilia Gabriela: O programa de hoje é especial. Nossa entrevistado é muito especial. Carioca de nascimento, cresceu entre Alagoas, Rio e Brasília. Foi prefeito, deputado e governador das Alagoas e transformou-se num dos maiores fenômenos eleitorais da história brasileira ao se eleger Presidente da República depois de uma campanha avassaladora, que começou pequeninha, mas com uma das grandes idéias políticas que o País já viu: a caça aos Marajás.

No próximo dia 15 completa um ano de Governo. Um ano de mudanças estruturais profundas na busca da modernização que pretende nos elevar à condição de país do Primeiro Mundo.

Jovem, 41 anos de idade, esportista de karatê a jet-ski, dono de um temperamento forte, muita coragem e muita presença, já foi até escolhido por uma revista americana como uma das 50 pessoas mais bonitas do mundo.

O Cara a Cara começa agora com o primeiro Presidente eleito pelo voto direto desde 1960, Fernando Collor de Mello.

Políticos em campanha fazem muitas promessas. Quando chegam ao poder concluem que muitas são exequíveis, outras

não. Uma das promessas do Presidente Collor foi rigorosamente cumprida nesse primeiro ano de Governo: deixar a esquerda perplexa e a direita indignada.

Presidente, eu me pergunto e pergunto para o senhor: a perplexidade de uns e a indignação de outros não resultaram na sua solidão? O senhor não está muito sozinho neste momento, não?

Presidente: Boa-noite, Gabriela. Quero agradecer a você a oportunidade de estar presente nesse seu programa, concedendo essa entrevista às vésperas do primeiro ano de Governo.

Eu diria que a minha candidatura não foi baseada em promessas. O compromisso que assumi e que vou cumprir foi o de acabar com a inflação neste país e construir uma economia moderna, eficiente, competitiva, que gere, em consequência, desenvolvimento econômico e justiça social. Não fiz promessas de varrejo; assumi apenas este compromisso. E é em torno disso que estou lutando, de uma maneira absolutamente obstinada e sem cessar, até resgatar esse compromisso, porque eu tenho certeza de que a única maneira de estabelecermos condições de crescimento e de justiça social é acabarmos, de uma vez por todas, com a inflação, com o vírus inflacionário, com a cultura inflacionária.

Não me sinto, em nenhum momento, solitário. Até porque o Governo, o Brasil não é de um só. É de todos nós. O Presidente da República deve ser o intérprete e o agente das aspirações populares, sobretudo tendo sido eleito num processo democrático, depois de tantos anos de jejum eleitoral.

Naturalmente as decisões são sempre muito solitárias, e isso não pode ser diferente. Num regime presidencialista a responsabilidade única e exclusiva sobre tudo o que acontece é do Presidente da República. E eu não abro mão, em nenhum instante, de assumir total responsabilidade por tudo o que aconteça.

Muitas vezes essa decisão solitária que se toma é num instante em que a gente pensa: «Puxa! Que bom se eu pudesse falar com a, b, c, d, e, com pessoas tais e quais». Mas nem sempre isso é possível.

Marília Gabriela: Eu posso falar de uma decisão que o senhor tomou, muitíssimo corajosa — aliás, coragem é uma qualidade sua incontestável —, que foi a de impor ao país um plano econômico radical como a gente jamais tinha visto. Mexeu com a poupança, mexeu com a aposentadoria, com a conta-corrente, fez muita gente perder o sono.

Nessa sua decisão solitária, o senhor perdeu o sono também? Foi muito difícil tomar essa decisão? Dá medo, Presidente, em algum momento? Dá insegurança, ou não?

Presidente: Nem insegurança, nem medo. Mas, naturalmente, são decisões que merecem ponderação e uma profunda reflexão. O que sempre me anima nas decisões é que a minha intenção é reta. Os meus objetivos são límpidos, são claros. O meu ideal é transparente. Em função de saber que estou caminhando rumo a um objetivo que é correto — porque é isso que percebo no sentimento nacional, que percebi nas ruas, nas praças, nas vielas, nas favelas, nos mucambos por onde andei —, é por ter essa certeza e essa convicção que as decisões que eu tomo, por mais penosas que possam parecer, sempre me dão uma certa tranquilidade de que estão sendo tomadas em função de uma meta preestabelecida, que é a interpretação do sentimento da nação brasileira.

Marília Gabriela: O senhor é um obsessivo?

Presidente: Não. Eu sou absolutamente determinado. Tenho muita paciência, embora muitas vezes pareça que não. Sou uma pessoa absolutamente determinada, movida por fé e por ideal.

Marília Gabriela: Presidente, eu falei de falta de sono. Acho que o pessoal continua perdendo o sono. Está todo o mundo muito preocupado em saber se aqueles cruzados retidos vão voltar no prazo certo diante dos últimos fatos. Vai mudar alguma coisa?

Presidente: Nada muda. Está previsto para começar em setembro, em 12 parcelas, a restituição dos cruzados bloqueados em

função do Plano anunciado no dia 16 de março do ano passado.

Marília Gabriela: Mesmo com as dificuldades atuais?

Presidente: O aprofundamento dessas medidas é inclusive uma garantia de que isso vai acontecer.

Plano Collor II

Marília Gabriela: Em muitos pontos o Plano Collor não deu certo, tanto é que, em menos de um ano, o senhor lançou um outro pacote econômico. Dessa vez o Governo está insistente mente negociando com o Congresso, com as classes políticas, trabalhadores e empresários. O que é que mudou? Por que há um ano não havia tanto empenho na negociação como há hoje?

Presidente: Veja bem, não houve nenhuma mudança no Plano. Infelizmente algumas áreas insistem em dizer que houve uma mudança no Plano, talvez em função da inserção do congelamento, no aprofundamento das medidas realizadas em 1º de fevereiro deste ano. No entanto, retirando o congelamento se observa que as medidas recentemente anunciadas são uma continuação coerente das medidas anunciadas no dia 16 de março. É um aprofundamento de todas as reformas que anunciamos no início do Governo.

Embora tivéssemos resistido bastante — tanto a ministra quanto eu, quanto outros integrantes do Governo —, decidimos pelo congelamento porque era fundamental criar um espaço de tempo que nos permitisse o amplo entendimento nacional, esse entendimento que agora estamos verificando via Congresso Nacional.

Também não houve nenhuma mudança de nossa parte na busca dessa maior aproximação com o Congresso.

Marília Gabriela: Presidente, há um ano atrás a palavra mais ouvida, mais pronunciada era «é inegociável». Houve até a inovação por parte do Ministro Magri que falou «é imexível».

Presidente: O que defendemos e continuamos a defender é que o cerne do programa de estabilização — que mais do que um programa é um processo de estabilização — não pode ser modificado. O cerne é «imexível», como dizia o Ministro Magri, naquela oportunidade, porque no momento em que você quebra a coluna vertebral de um processo de estabilização ele deixa de existir dentro das características com que foi concebido originalmente.

Estivemos sempre abertos a qualquer tipo de sugestão que viesse enriquecer e aperfeiçoar as medidas. Acontece que o ano passado foi um ano atípico, porque tínhamos um Congresso em final de mandato e, por conseguinte, um ano eleitoral.

Havia um novo governo instalado, ansioso por efetuar as mudanças e as transformações no País, e muitas vezes as reivindicações que surgiam em setores do Congresso Nacional, em função até das realizações das eleições, não se compatibilizavam com esse programa de reformas.

Marília Gabriela: O senhor está falando em «motivos eleitoreiros»?

Presidente: Não diria eleitoreiros, porque às vezes as solicitações são até corretas e justas, mas num ano de absoluta contenção de gastos, em que tínhamos um déficit previsto de 9% do PIB para o final do exercício e acabamos fechando com um superávit de 1%, essas solicitações eram inconciliáveis.

Agora há uma nova realidade. Temos um Congresso eleito por um período de quatro anos, que vai coincidir com o que me resta ainda de mandato. Portanto, temos a estabilidade necessária no Poder Legislativo em termos dos seus integrantes, para podermos aprofundar, melhorar, aperfeiçoar esse entrosamento, respeitando a independência dos Poderes, mas sempre buscando uma posição harmônica que o próprio regime democrático exige entre os três Poderes da República.

Marília Gabriela: Por falar em interlocutores, nessa sua captação de apoios, Presidente, o que aparece mesmo na imprensa é um possível namoro com o PSDB, o que não é novidade, porque esse é um flerte antigo. O PSDB teria o perfil ideal para o seu projeto político? A social-democracia é a base do seu plano político?

Presidente: O meu projeto político é um projeto nacional que nasceu literalmente das ruas. Como você disse no início, minha candidatura nasceu sem nenhum tipo de expectativa que não fosse a de um mero figurante na disputa eleitoral, e que ganhou as ruas. Não ganhou as elites, não ganhou os detentores dos meios de produção, não ganhou as categorias organizadas, mas ganhou o povo, ganhou as ruas inegavelmente nos dois turnos. Então o meu projeto tem que estar estreitamente ligado a esse enorme contingente da sociedade brasileira.

Houve uma dificuldade, houve um ponto que hoje nos traz algumas dificuldades. Por ter sido inteiramente desvinculada, pelas circunstâncias, da classe política, de partidos políticos e da sociedade civil organizada, a candidatura, depois de consagrada nas urnas, teve que compor uma sustentação parlamentar.

PSDB e PDT

Marília Gabriela: O senhor quase formou chapa no PSDB com Mário Covas, não foi?

Presidente: Eu tive a oportunidade de lançar a candidatura do Senador Mário Covas a Presidente da República. Mas nessa ocasião estávamos ambos no PMDB marcando uma dissidência, chefiada pelo Senador Covas, em função de um posicionamento nosso a favor do regime parlamentarista e de um mandato de quatro anos para os presidentes da República.

Foi isso que marcou o início da cisão do PMDB. Nessa oportunidade eu entendi que precisávamos ter uma liderança

que pudesse aglutinar as nossas expectativas, e que essa liderança, que seria o Senador Covas, fosse reforçada pela candidatura à Presidência da República. Foi isso que houve.

Agora, gostaria de completar a resposta anterior. Eu precisava estabelecer a minha sustentação parlamentar. E estabeleci, naturalmente, com aqueles que colaboraram conosco na eleição, como não poderia ser diferente. Então, hoje o cerne da minha sustentação parlamentar no Congresso Nacional está consubstanciado no Partido da Frente Liberal, que juntamente com outros partidos formam esse bloco.

Marília Gabriela: PDS, PTB, PRN?

Presidente: Com alguns problemas dentre esses partidos que você citou, que eu espero possam ser superados. Mas basicamente o tutano da sustentação seria esse.

Com o passar do tempo e em função de ter amigos tanto no PMDB como no PSDB, e dentro dessa perfeita noção de que a saída para a crise brasileira passa necessária e obrigatoriamente por um amplo acordo político, por um amplo entendimento nacional, venho conversando já de muito tempo com todos eles. Em nenhum momento essa questão de cargos foi tratada porque estamos tratando da questão nacional. O que está nos inspirando nessa luta é a solução de problemas brasileiros, e não de problemas eventualmente pessoais ou partidários.

Agora, as conversas que estamos tendo são produtivas, são conversas entre pessoas que não precisam justificar o motivo de estarem conversando.

Marília Gabriela: Mas eu vou falar de uma conversa que acho que precisa quase que ser justificada publicamente. Um outro social-democrata, ou «socialista moreno», que foi seu adversário feroz durante a campanha presidencial e que hoje é o governador eleito do Rio, Leonel Brizola, também foi convocado para uma conversa importante com o senhor e com a Ministra Zélia. Quem é que está fazendo concessão nesse caso?

Presidente: Ninguém, ninguém. Ao contrário. O que está em jogo é o interesse nacional. Então, se houver concessão, apenas para utilizar um termo que você colocou, é nesse nível. O Governador Brizola foi eleito agora para a chefia do Executivo do Rio de Janeiro. E o Rio de Janeiro é a síntese das enormes qualidades de todo o povo brasileiro. Todos nós nos sentimos um pouco do Rio, não é? Porque o Rio retrata, com raríssima propriedade, um pouco de cada uma das regiões que compõem o nosso País. É o cartão postal, é a porta de entrada do Brasil. Então nós temos compromissos, temos pontos de convergência. O que é importante nesse instante é que os homens públicos deste país procurem os pontos concordantes das suas visões e das suas apreciações sobre os problemas nacionais e deixem as discordâncias de lado, pelo menos nesse período em que devemos todos estar trabalhando vigorosamente pela reconstrução nacional. Foi desse modo que se deu a conversa com o governador eleito do Rio de Janeiro.

Marilia Gabriela: Foi agradável a conversa? Vocês se deram bem?

Presidente: Foi uma conversa de pessoas civilizadas, de pessoas que se respeitam mutuamente e que querem trabalhar em conjunto pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil.

Marilia Gabriela: Presidente, só para encerrar esse assunto. Eu fico pensando se essa sua aproximação com o PDT e com o PSDB não pode abalar alguma coisa na sua relação com o apoio que o senhor já tem de partidos de perfil mais conservador — PDS, PFL, PRN e PTB.

Presidente: Acho que não, porque não podemos mais dar vazão a certos tipos de preconceitos. Depois que caiu o Muro de Berlim, fica muito nítido que a questão ideológica não tem tanta importância nem relevância no entendimento político, até mesmo com as outras nações. O que hoje temos que buscar fundamentalmente, porque essa é uma exigência da sociedade, é o bem-estar social. A população não está querendo saber se o fulano pensa assim ou assado, se ele é socialista, se ele é de

extrema-direita, se é social-democrata, ou se é um socialista liberal — parece paradoxo, mas não é. O que cada um deseja saber é o que vem sendo realizado para que se tenha uma vida melhor. É o bem-estar social que gera esse denominador comum das aspirações, não só no Brasil, mas em todas as sociedades do nosso planeta.

Marília Gabriela: A Ministra Zélia comanda uma equipe econômica que colocou seus cargos à disposição como uma alternativa ao chamado Plano Collor II. O senhor chegou a pensar nessa solução, ou isso está fora de questão, e essa é a equipe que vai com o senhor até o final do seu mandato?

Presidente: É absolutamente fora de questão. É interessante porque, numa das conversas que tivemos para o aprofundamento do programa de estabilização, a Ministra disse: «Olhe, Presidente. Fique à vontade, porque se desejar uma outra equipe para coordenar eu vou entender». Eu disse: «Então você sugira uma outra equipe». E brinquei com ela: «Você está contra as pessoas que estão aqui ao seu lado?» A Ministra Zélia talvez tenha feito esse gesto muito mais por desencargo de consciência do que por qualquer outra coisa. Ela é a minha Ministra da Economia, é a Ministra da Economia deste País, que vem se desempenhando de uma forma absolutamente correta. A Ministra Zélia também é movida por ideal, também tem esse fogo interior, essa vontade de ver este País mais humano, mais digno, socialmente mais justo e mais solidário. Daí ela estar com todas as credenciais para realizar o seu trabalho.

Zélia Cardoso de Mello

Marília Gabriela: No início do Governo o senhor afirmou que era o Ministro da Economia. E eu fico pensando o que o senhor queria dizer. Por exemplo: quando a Ministra Zélia se indispõe com a FIESP ou com alguns cartéis poderosos, ela está cumprindo ordens suas?

Presidente: Afirmei que o Ministro da Economia seria eu e poderia repetir agora essa afirmação e estendê-la a todos os outros Ministérios, porque, com esta frase, eu queria transmitir à Nação a noção da responsabilidade que me cabia. Quis sinalizar à nação brasileira que quando alguma coisa desse errado eu jamais culparia quem quer que fosse, porque num regime presidencialista cabe somente ao Presidente da República arcar com as responsabilidades pela administração pública e pelo desenrolar da sua própria administração.

Minha afirmação teve esse sentido. Portanto, quando a Ministra Zélia defende os interesses do País, quando defende os interesses do Governo, ela está em uma sintonia muito fina com aquilo que eu penso.

Marília Gabriela: *Uma curiosidade. Como é que se dá uma relação de um Presidente com uma Ministra tão importante assim? Vocês chegam a discutir alguma vez, discussão mesmo? Se o senhor, por exemplo, não concordar com alguma coisa, algum excesso, alguma atitude dela, vocês discutem, chegam a brigar?*

Presidente: Discutir e brigar não, mas tratamos de todos os assuntos com a profundidade que merecem. Em alguns momentos a minha posição, por ser eu o Presidente, deve prevalecer, mesmo ela discordando. Às vezes cedo também à argumentação que a Ministra me apresenta, e o resultado disso tudo é que há uma confiança recíproca, há um entendimento muito grande a respeito dos problemas nacionais. Isso é que é fundamental. A relação com uma Ministra que detém hoje nas mãos tantos poderes por delegação do Presidente da República não poderia ser diferente. Ela tem a minha total e absoluta confiança.

Marília Gabriela: *As elites têm sido consideradas responsáveis pelos seguidos fracassos de vários planos econômicos. No seu caso, as elites estão atrapalhando o andamento do processo?*

Presidente: Eu não generalizaria a questão das elites, mas parte delas, sem dúvida alguma.

Marília Gabriela: *Que parte?*

Presidente: A parte mais atrasada. Aquela parte que se viciou dentro do processo econômico em obter favores, obter vantagens, obter certos subsídios que fizeram com que crescessem à sombra de todo esse paternalismo e também com que perdessem os músculos da competitividade. No momento em que nos abrimos para o mundo e instauramos uma nova fase na economia brasileira em que a competitividade e a eficiência são fundamentais para a sobrevivência de certos empresários, naturalmente, por estarem com os músculos da competição flácidos, eles se sentem incapacitados para a disputa.

Setor Financeiro

Presidente: O setor financeiro já merece um outro tipo de apreciação, fora da questão da competitividade. O setor financeiro negocia com uma mercadoria chamada dinheiro. No momento em que se dá oportunidade para que a especulação seja mais rentável do que a produção, naturalmente ele se beneficia extraordinariamente disto.

O que havia é que em função do processo inflacionário era muito mais fácil, muito mais prático a pessoa retirar o dinheiro da produção, que dá empregos, que paga impostos, que desenvolve a economia de um país, e colocá-lo na especulação financeira, que rendia juros e correção monetária sem trabalho, sem nenhum tipo de esforço. De acordo com seus balanços, os lucros não-operacionais dessas empresas que jogavam firmemente na especulação eram maiores do que os seus próprios lucros operacionais, que são os lucros advindos do processo produtivo.

O sistema financeiro ganhava em função de uma profunda distorção do mercado, em função de um modelo absolutamente injusto que era imposto ao País. Hoje, com o aprofundamento das medidas, nós acabamos com a especulação financeira, acabamos com a correção monetária, acabamos com o «over», criamos o fundo, esse grande fundo que, com os recursos captados, será um instrumento poderosíssimo de uma política social

para a nação brasileira. Então, a gente verifica que até os analistas mais distanciados e críticos do Governo reconhecem que essa modificação no sistema financeiro, promovida recentemente, foi a maior desde 1964/65, quando houve a grande reforma. Naquela oportunidade, criou-se a correção monetária, uma indexação violentíssima em cima de toda a economia. Essa reforma de agora desindexa a economia e cria um instrumento que vai servir para desenvolvermos projetos sociais de grande alcance.

Marília Gabriela: Daqui a pouco quero falar sobre essa indexação ou desindexação. Eu gostaria de concluir o assunto das elites. Do outro lado da mesa dessas elites estão os trabalhadores e os líderes sindicais, que de alguma forma são a elite do operariado.

Como é que se dá a sua relação com os líderes sindicais? O entendimento nacional me parece ainda não existir em função de que os trabalhadores não têm mais nada a perder, já deram a sua cota de sacrifício. O senhor concorda com isso?

Presidente: Concordo plenamente. O processo de concentração de renda que o País vem assistindo ao longo dos últimos anos é trágico, é extremamente penoso. Para essa imensa maioria de brasileiros, a concentração de renda é injustíssima. Nada mais injusto do que isso. E é exatamente essa compreensão que está faltando por parte das elites brasileiras.

Marília Gabriela: Como é que vai ser possível um entendimento nacional?

Presidente: Está sendo possível, está caminhando de uma maneira difícil que poderia ser muito facilitada se houvesse maior boa vontade. Mas eu acredito que a gente chegue lá.

É preciso que eles entendam que num processo de estabilização econômica alguém tem que perder. E esse alguém não pode ser mais o trabalhador; tem que ser os que acumularam fortunas ao longo dos últimos anos, num processo de concentração de renda violentíssimo. São eles que têm que pagar pelo processo de estabilização. Eles não podem se sentir vítimas em

nenhum instante. Vítimas são os 70% dos brasileiros que participam com apenas 10% da renda nacional. Esses é que são as vítimas.

Marília Gabriela: Que continuam muito sacrificados.

Presidente: Mas numa situação melhor. Se verificarmos a política em relação ao salário mínimo nesse primeiro ano — melhor dizendo, até janeiro, porque as medidas ontem aprovadas no Congresso vão garantir ganhos maiores para os que ganham com base no salário mínimo —, houve um aumento real do salário mínimo, maior do que o aumento, por exemplo, da cesta básica. Portanto, apesar de todas as dificuldades, estamos trabalhando para que se evite uma maior penalização dos trabalhadores.

Quando essas elites tiverem consciência de que devem parar de reclamar, de criar boatos, de financiar especulações cada vez mais catastróficas, no momento em que se posicionarem de uma forma mais responsável, aceitando as regras do jogo — que patrocinam o fim dessa concentração de renda, justiça social, desenvolvimento econômico baseado numa economia verdadeiramente de mercado, com o fortalecimento da livre iniciativa, com uma nova formulação, um novo desenho para o Estado —, no momento em que perceberem que é isso que têm que apoiar, acho que tudo será muito mais fácil.

As resistências que encontramos ao longo desse primeiro ano por parte dessas elites foram enormes. E se nós não tivéssemos sido absolutamente firmes na condução do processo, elas teriam, sem dúvida nenhuma, tomado conta mais uma vez. Mas elas sabem que conosco talvez não seja da maneira como podiam supor. Continuaremos trabalhando nessa linha porque temos certeza de que estamos na trilha e no caminho certos.

Marília Gabriela: Eu me lembro de uma pergunta que o senhor fez ao Lula no último debate que eu mediei: «Lula, se eu me eleger você vai colaborar comigo, da mesma forma que estou disposto a colaborar com você, caso se eleja?» Na prática, Presidente, como o Lula está respondendo a essa sua pergunta?

Presidente: Acho que ele respondeu bem quando instituiu o «Governo Paralelo». Infelizmente, ainda não recebi nenhum tipo de sugestão do «Governo Paralelo» que ele idealizou.

Brasil no Primeiro Mundo

Marília Gabriela: O Presidente Collor acenou aos brasileiros com a possibilidade de torná-los cidadãos de um país do Primeiro Mundo. E por que não? O Brasil tem uma área territorial invejável, possui a chamada oitava economia mundial e uma população estimada em 140 milhões de habitantes. O que nos impede de chegar lá, Presidente?

Presidente: Nada nos impede. Temos as condições de base para essa inserção no Primeiro Mundo. Mas isso não basta. Temos que ter a vontade de fazê-lo e lutar por isso, cumprindo alguns requisitos. É o que estamos fazendo quando aprofundamos as reformas estruturais na economia brasileira. Estamos nos preparando para pleitear esse lugar que nos está reservado no Primeiro Mundo.

Marília Gabriela: O seu governo, neste primeiro ano, teve a preocupação clara e específica de combater a inflação. Os métodos levaram a uma recessão e a um desemprego muito grande. Que política o senhor pretende aplicar para reverter essa situação?

Presidente: No fundo o que há é uma acomodação. Há um processo de acomodação da economia e dos agentes econômicos a uma nova postura, às novas regras que regem a atividade econômica no País. Se a acomodação fosse feita sem a reação de alguns setores da elite, como nós abordamos há minutos atrás, es-

se processo seria muito mais fácil. Em alguns momentos demissões foram feitas sem que tivessem sido indispensáveis para a empresa. Aqueles que promovem sempre a catástrofe e o caos desde o primeiro momento anunciam uma recessão muito forte. Depois anunciaram um «setembro negro», uma recessão brutal em janeiro, e nada disso aconteceu com tintas tão marcantes.

O que vimos e estamos vendo é um processo de acomodação a uma nova estruturação da economia nacional. Estimo que persistindo no caminho que acolhemos, porque acolhido pela sociedade nas eleições, e com o trabalho contínuo de convencimento desses setores mais reacionários ou mais reagentes, nós conseguiremos acomodar melhor essas questões que nos trazem algum desassossego.

Marília Gabriela: Vamos falar do Nordeste. O senhor é filho de nordestino, viveu lá, conhece melhor do que ninguém a situação e sabe que ali é o foco da miséria brasileira. Nós temos hoje 60 milhões de miseráveis, isso é indiscutível. Alguns governantes nordestinos reclamam da desassistência à região. Dizem até que a SUDENE não se modernizou. Que compromisso o senhor assumiria, aqui de público, para melhorar a situação do Nordeste?

Presidente: O compromisso é o de resgatar a região nordestina para o restante do País. O Nordeste vem sendo sacrificado ao longo de todos esses anos pelo modelo econômico de que falávamos há pouco, apontado como uma região dita sem condições de crescer, sem condições econômicas, com uma seca impossível de se conviver. Sempre defendi que nós não devemos aprender a lutar contra a seca, mas a conviver com ela. Para isso é necessário que os recursos encaminhados sejam aplicados somente em obras perenes.

Já apresentamos aos governadores atuais do Nordeste e estamos apresentando aos governadores eleitos um novo Plano de Desenvolvimento para o Nordeste, uma matriz de desenvolvimento para a região até o ano 2005. Esse projeto é baseado na

realização de obras perenes, de obras que durem, que fiquem, que gerem empregos. Projetos que façam com que o sertão nordestino possa ser irrigado — como os que já temos, com amplo sucesso, sobretudo nos Estados de Pernambuco e da Bahia, e alguma coisa no Ceará.

Quando assumimos o Governo, pegamos ao mesmo tempo uma seca muito forte. E com essa contenção de despesas, não pudemos atender de imediato, na medida que julgávamos possível, as demandas todas que nos chegavam — justas demandas. Mas estivemos e estamos presentes com recursos, com cestas alimentares distribuídas pelo Exército brasileiro em cerca de 500 cidades do Nordeste, como uma forma de atenuar a fome decorrente dessa seca.

Recentemente quando fui a Pernambuco e estive num pequeno município próximo de Serra Talhada, chamado Rajada, anunciamos um projeto importantíssimo de irrigação para toda aquela região. E eu espero — sem dúvida nenhuma isso será concretizado — que ao final desse nosso período o Nordeste possa ser reconhecidamente uma região que tenha condições de se desenvolver, de gerar a sua própria riqueza e consequentemente, sua manutenção.

Saúde e Educação

Marília Gabriela: O senhor prometeu uma revolução educacional a partir de um Programa Nacional de Alfabetização. Na saúde, a mesma revolução. E na verdade, Presidente, a gente não tem sentido essas modificações. Falta inclusive aquela movimentação, aquele agito, aquele espírito que cerca uma revolução. Os professores estão mal pagos, a educação falida e o quadro da saúde é dramático. Como resolver isso e de onde tirar as verbas?

Presidente: O poder no Brasil sempre foi um instrumento de fortalecimento do Estado. Quem exercia o poder utilizava-se dele para fortalecer a máquina do Estado. Se havia uma mina

aqui, criava-se uma empresa estatal; uma outra empresa ali para fazer uma ferrovia. Em função disso o Estado falhou. É absolutamente falido o Estado brasileiro. Para se ter uma idéia, pela primeira vez em 50 anos de República, o governo apresentou superávit nas suas contas no final do ano — e foi o nosso governo que apresentou.

Como o Estado se dedicava a comprar fábricas de zíper, de plástico, de tecido, cada centavo que investia numa dessas atividades era um centavo a menos que se tinha para educação, para saúde, para transporte, para infra-estrutura. Então, o que estamos vendo hoje no campo social é uma total desarticulação das atribuições inerentes ao Estado, que tem que ter a obrigação de atender a essas demandas sociais e às aspirações da população em relação a serviços públicos de boa qualidade. Pelo menos isso, para que a população se sinta resarcida por parte do Estado pelo imposto que paga.

Agora a situação está melhorando, mas precisa melhorar muito mais. O cidadão ia ou ainda vai a um posto de saúde e não encontra mercurocromo para curar a ferida do filho que caiu da bicicleta. A criança ia para a sala de aula e não tinha professora, que reivindicava, com justiça, uma melhoria salarial. Quando tinha professor não tinha giz, quando tinha giz não tinha carteira, quando tinha carteira tinha goteira, quando não tinha goteira ... Enfim, uma total falência do Estado no que diz respeito às suas obrigações perante a sociedade. O que nós estamos fazendo agora? Utilizando o poder como um instrumento de fortalecimento, não do Estado, mas da cidadania. E é por isso que estamos fazendo essa reforma profunda, para que o Estado gere recursos que possam ser aplicados na área social. Para se ter uma idéia, somente no setor saúde, quando assumimos, estava previsto um déficit de cerca de 300 bilhões de cruzeiros para este ano. Graças à reestruturação que foi feita, fechamos o ano absolutamente equilibrados no setor saúde, com um grande esforço.

Marilia Gabriela: Eu queria fazer uma pergunta de leiga absoluta. Eu só gostaria de não parecer ignorante ou idiota. Presidente, eu posso tirar de todas as respostas que o senhor tem dado, principalmente quanto às questões sociais, a seguinte conclusão:

enquanto houver a grande questão econômica para ser resolvida pela sua equipe, de alguma forma, todos os outros problemas do País vão ficar mais ou menos parados. É isso?

Presidente: Absolutamente, não. Acabei de dar um exemplo específico na área da saúde. Tínhamos um déficit previsto de cerca de 300 bilhões de cruzeiros e equilibraramos as nossas contas. Com as contas equilibradas na área de saúde, nós estamos, de alguma maneira, prestando melhores serviços, corrigindo algumas distorções sérias que havia.

Marília Gabriela: Uma coisa independe da outra?

Presidente: Independe da outra. Tem que se fazer um trabalho conciliado. Eu não sou a favor da teoria de deixar crescer o bolo para depois dividir. Acho que todos os problemas têm de ser atacados. Infelizmente, não com a resposta imediata de que gostaríamos. Afinal de contas é sempre bom que a gente se recorde de que estamos às vésperas de completar o primeiro ano de um total de cinco. Eu entendo que a população sempre queria respostas rápidas às suas perguntas, mas as coisas não acontecem como a gente deseja. As coisas acontecem depois de muito trabalho, de muita dedicação, e é isso que estamos tentando realizar, e vamos chegar lá.

Na área da educação, cerca de 70% dos recursos orçamentários do Governo, da União, são destinados para o ensino superior, para as universidades. O que nós precisamos é tratar do ensino básico, porque o número de analfabetos está aí a nos atemorizar, e não poderemos ter um país competitivo e inserido no Primeiro Mundo sem que tratemos da base da educação. Temos que investir mais no ensino básico. É por isso que ainda nesta semana, quando do lançamento da segunda fase do chamado Programa de Competitividade Industrial, designei uma comissão para que, dentro de um prazo de 60 dias, apresente uma reformulação do sistema educacional brasileiro. Parece um prazo curto, mas essa questão já vinha sendo estudada. Faltava apenas ser formalizada por um decreto, coisa que foi feita agora. Esse trabalho será apresentado para que nós vejamos de que maneira racionalizar e melhor aplicar os recursos de que dispomos para a área educacional.

Veja a injustiça que se comete. Aquele que pode pagar coloca o filho no colégio particular; aquele que não tem condições, o coloca na escola pública. Quando chega a época de prestar o vestibular, uma criança cujo pai, por falta de recursos, matriculou-a na escola pública, vai disputar um vestibular com outra que estudou numa escola particular. Já entra em desvantagem. Nós verificamos que aquele que estava numa escola pública não enfrenta um vestibular com os mesmos conhecimentos de que dispõe o aluno da escola particular.

Quando essa criança que estudava na escola particular vai para a universidade, entra para a universidade pública, estudando de dia. O aluno que não passou no vestibular para uma universidade pública, procura um emprego e só tem a noite para estudar. Faz vestibular para uma dessas faculdades de esquina apenas para ter o seu título e se bacharelar em Direito ou alguma coisa assim, sem nenhuma qualificação. Esse aluno da escola particular está ocupando um lugar na universidade pública que deveria ser dado àqueles que não têm condições de pagar seus estudos. Essa é um coisa estranha, difícil de entender. Nossa tese é de que essa questão da universidade gratuita tem que ser revista. Não sei até que ponto é interessante continuarmos com isso, porque na universidade, se formos verificar, a imensa maioria pode pagar seus estudos. Aqueles que não pudessem pagar teriam bolsas de estudo. Agora, por que nós temos que financiar alunos cujos pais têm condições de pagar a universidade? Para os que não tiverem condições, temos as bolsas de estudo, colocaríamos, então, parte ou grande parte desses recursos que hoje são canalizados para as universidades no ensino básico, onde temos que atuar vigorosamente para sairmos dessa situação absolutamente incômoda em que se encontra o setor educacional.

Marília Gabriela: Imagino que o senhor esteja falando em prazos rápidos.

Presidente: Pelo menos dentro do horizonte do meu governo.

Marília Gabriela: Esse ano, um monte de gente ligada à cultura reclamou na televisão, no rádio, nas revistas, nos jornais, que não existe uma política cultural no seu governo.

Presidente: Mas não precisa essa excitação tamanha. O que há é que nós nos baseamos num critério amplo. Eles reclamam a falta de um subsídio ao setor cultural criado no governo anterior. No momento em que suspensemos todos os subsídios para reestudo, esse subsídio para a cultura foi incluído. Nós não tínhamos por que privilegiar a questão cultural. O Nordeste poderia chegar e dizer: «Nós temos prioridade, porque a nossa situação é muito mais difícil». O Amazonas poderia dizer a mesma coisa. E assim por diante. Então, nós estamos nesse processo de reestudo.

Marília Gabriela: O senhor concorda que é um período parado, suspenso?

Presidente: Mas a cultura brasileira vem de 500 anos e nunca deixou de ser uma cultura ativa, uma cultura presente, popular, embora em alguns organismos do aparelho estatal tenham sido criados alguns privilégios no setor cultural. Nós tínhamos que acabar também com esses privilégios, porque essa foi uma regra geral, uma orientação genérica. Agora estamos reestudando todos esses subsídios, e acho que já posso anunciar para breve algumas iniciativas na área cultural que vão deixar o setor bem animado.

Marília Gabriela: Por exemplo?

Presidente: Nós temos linhas de financiamento que vamos abrir via BNDES, seus agentes financeiros e o programa de operações conjuntas. Temos uma ideia, uma coisa muito interessante, que já existe em outros lugares, que é uma espécie de fundo para financiamento de filmes, obras ou iniciativas culturais.

O projeto é apresentado para um determinado número de investidores, por mala-direta, aquela coisa toda, e eles então compram cotas deste fundo. Se a iniciativa der lucro, os investidores terão o seu retorno, e o lucro obtido poderá ser deduzido do imposto de renda.

Também junto a ANDIMA temos outras iniciativas que fazem interface com projetos culturais dessa natureza. Enfim, estamos estudando e acho que dentro de poucas semanas já podemos anunciar oficialmente essas medidas.

Combate à Corrupção

Marília Gabriela: O Presidente Collor ficou nacionalmente conhecido quando, ainda Governador de Alagoas, deflagrou a caça aos Marajás, um movimento que sensibilizou a população brasileira e que foi a base de sua candidatura a Presidente. Ainda em campanha, o senhor veio a Brasília e entregou, ao então Ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, um dossiê de casos de corrupção e cobrou publicamente medidas enérgicas. O que aconteceu com esse dossiê? O seu governo está levando à frente essa caça a ladrão?

Presidente: Estamos prosseguindo com essas iniciativas. Agora mesmo no CNPq, uma das sindicâncias que abrimos aponta indiciados, ou indícios de que pessoas estiveram envolvidas com a má gestão dos recursos daquele Conselho. Isso está sendo encaminhado à Justiça. Todo esse processo continua. Infelizmente, essas coisas não vêm sendo noticiadas como às vezes gostaríamos. Mas, sem dúvida nenhuma, tudo isso vem sendo apurado, e não somente denúncias daquela época, mas de agora também. Se alguém detectou alguma irregularidade, alguma coisa errada, deve escrever lá para o Planalto. Eu leio as cartas selecionadas com essas denúncias e tomo pessoalmente as providências. Toda e qualquer denúncia que chegue, partindo de quem quer que seja, é apurada, e se corresponder à realidade, os culpados por uma atitude ilícita serão, como estão sendo, exemplarmente punidos.

Marília Gabriela: O ex-presidente Sarney, hoje volta a ser uma força política considerável, principalmente se a gente prestar atenção nessa dobradinha Sarney/Antonio Carlos Magalhães. O senhor pretende esquecer o passado e fazer acordos políticos com o ex-presidente? Vocês já conversaram?

Presidente: O que eu pretendo é olhar para o futuro, vislumbrar o futuro para construir o destino que está reservado ao País. Como disse no inicio da entrevista, precisamos em nome do Brasil, em nome do interesse nacional, deixar de lado outras questões que não sejam as de conjugarmos os nossos esforços no sentido da reconstrução nacional.

Marília Gabriela: O senhor já conversou com o ex-presidente Sarney?

Presidente: Já estive com o Presidente Sarney, em duas oportunidades antes da posse e no dia da posse, três vezes.

Marília Gabriela: Mas recentemente, depois de eleito senador?

Presidente: Ainda não tive oportunidade, não.

Marília Gabriela: O senhor acha que vão ser feitos acordos em favor desse entendimento nacional, ou não?

Presidente: Isto não é bem um acordo. Não acho esse termo apropriado. É o entendimento em torno de questões básicas para o futuro da Nação. Então, se pudermos encontrar pontos comuns nesse esforço, que todos entendemos necessário para a reconstrução nacional, não tenha dúvidas de que estaremos prontos a isso.

Marília Gabriela: Com todo o respeito, Presidente, eu gostaria de abordar algumas questões delicadas. Parte da sua campanha foi baseada na moralização da coisa pública. No entanto, seu governo, já nesse primeiro ano, tem enfrentado denúncias de favorecimento. O mais conhecido foi o caso VASP/PETROBRÁS, envolvendo nome de pessoas muito pró-

ximas ao senhor, e a denúncia foi feita por um demissionário do Governo, o Luis Octávio da Motta Veiga. O que o senhor pode nos dizer sobre isso?

Presidente: Como disse na pergunta anterior, tudo é exemplarmente apurado. Em nenhum instante o Governo deixa de tomar as providências mais enérgicas para qualquer atitude não considerada absolutamente respeitosa com a condução dos negócios públicos.

Marília Gabriela: Nesse caso já foi tudo apurado?

Presidente: Na época, nomeei uma comissão e pedi que me apresentassem um relatório uma semana depois. Um dia antes de terminar o prazo eu já estava com os resultados na mão. Foi tudo apurado, e foi visto que nenhum prejuízo havia sido causado à PETROBRÁS. Havia a suspeita de que pessoas que se diziam ligadas ao Presidente estavam tentando apresentar a, b ou c naquela Companhia. E eu disse naquela oportunidade e continuo dizendo: ninguém tem credencial do Presidente da República, ninguém tem salvo-conduto para entrar em nenhum ministério, em nenhuma empresa estatal, em nenhuma autarquia falando em nome do Presidente.

Marília Gabriela: Num caso como esse, o Governo processa o Luis Octávio da Motta Veiga? Se ele disse uma verdade, ele não deveria ter sido processado?

Presidente: O Presidente da PETROBRÁS, Eduardo Teixeira, imaginou que esse processo pudesse ser iniciado, mas depois que a denúncia foi desmentida pelo próprio resultado do inquérito aberto, ele julgou que a resposta já havia sido dada de uma forma clara, de uma forma transparente.

Marília Gabriela: Nessa história tinha um nome que tem aparecido com uma certa freqüência e relacionado ao senhor: o do PC, Paulo César Farias. Quem é essa misteriosa e enigmática figura? Ele presta algum tipo de colaboração ao Governo?

Presidente: Absolutamente. Só quem presta colaboração ao Governo, e não poderia deixar de ser diferente, são aqueles que estão nomeados e que ocupando funções públicas. Isso é ponto um. Como eu disse, ninguém, nenhuma pessoa pode agir ou atuar querendo usufruir das benesses de uma vinculação com ministro, com secretário de governo, muito menos com a Presidência da República. Isso já foi deixado muito claro para que não venham no futuro dizer: «Mas fulano de tal se apresentou aqui como uma pessoa ligada a alguém da Presidência, e em função disso nós julgamos que deveríamos dar a ele um atendimento especial, um atendimento condigno».

Todos já estão avisados de que se derem qualquer tipo de atendimento fora dos rigorosos limites da moralidade, da ética, mesmo achando que eventualmente possam estar agradando a algum integrante do escalão administrativo, terão que se explicar.

Marília Gabriela: No caso, o PC é seu amigo?

Presidente: Não é. É uma pessoa conhecida, aliás conhecida em Alagoas, e não é tão enigmática assim. Ele está sempre lá em Alagoas, e é uma pessoa do relacionamento de toda a classe política alagoana.

Marília Gabriela: Alguns outros casos têm pipocado na imprensa Presidente, como das cestas básicas da LBA, das licitações em publicidade, da TELESP. Não há dúvida de que poucas vezes uma pessoa demonstrou tanta vontade de combater esse tipo de corrupção como o senhor. Mas ainda assim as coisas acontecem, por quê? É inevitável, é inerente ao poder? Denunciar fora do Governo é mais fácil do que dentro dele?

Presidente: Não. O combate é sempre difícil, mas tem de ser travado. Eu comparo esse esforço a frear um carro em alta velocidade. Você aperta o freio e o carro não pára imediatamente. Dependendo da velocidade que vinha sendo imprimida, o carro talvez demore uns 10, 50 ou 100 metros para parar.

A mesma coisa acontece na máquina administrativa, que vinha atuando de uma forma desordenada e corrompida em alta

velocidade. No momento em que você puxa as rédeas, em função da velocidade em que vinha, essa máquina custa a reagir.

O importante é que a gente não tire o pé do freio e segure as rédeas com firmeza, e que dê à sociedade todas as explicações, de maneira clara e absolutamente transparente que ela espera de um governo comprometido com a ética na administração pública.

Relação com a Imprensa

Marília Gabriela: Nós estamos, na verdade, falando de noticiários. O senhor está tendo com a imprensa a relação que esperava ter?

Presidente: É interessante essa pergunta porque sou um homem de imprensa, sou jornalista e conheço mais ou menos como funciona isso. Nada me surpreende. Sempre espero o pior em termos de tratamento por parte, não diria de toda a imprensa, mas de algumas áreas, e isso a gente percebe quando há claramente uma má vontade porque são os mesmos mecanismos que funcionam em qualquer redação, em qualquer parte do mundo. A gente percebe na maneira como é feito o título na lide da matéria, no texto de abertura de um noticiário de televisão, na forma como é colocada uma notícia no rádio. Quem é do ramo percebe claramente. E o que eu percebo é que há uma má vontade em relação ao Governo, em relação às ações do Governo.

Marília Gabriela: E em relação ao senhor?

Presidente: A mim por consequência, porque o meu relacionamento com a imprensa é muito com aqueles que eu conheço como profissionais competentes, isentos. Esses eu procuro considerar, procuro conceder entrevista, procuro dialogar. Infelizmente não são muitos.

Em relação àqueles em que percebo partidarismo na análise das ações do Governo, um certo ranço preconceituoso, ou uma posição de simples antipatia, eu não tomo conhecimento. Cheguei à seguinte conclusão: todo mundo pode perguntar rigorosamente aquilo que quiser, mas poderá eventualmente ouvir aquilo que não deseja. E é exatamente dessa maneira que eu venho procurando me pautar no relacionamento com a imprensa, que poderia ser muito melhor se esse preconceito não estivesse tão agudo em certas áreas.

O que foi feito nesses 12 meses nesse País, as reformas que fizemos, meu Deus do céu! O que nós realizamos é algo que pelo menos merece um pouco de atenção e uma análise mais isenta. No entanto, essas áreas que reagem mais ao Governo, ficam sempre analisando questões absolutamente periféricas, questões marginais, superficiais.

Marília Gabriela: Por exemplo?

Presidente: No que diz respeito à inflação, a gente percebe a satisfação com que alguns órgãos anunciam o crescimento dos índices, e a tristeza com que esses mesmos órgãos anunciam que a inflação caiu. Eles não falam que a inflação agora está caindo. Só ficam falando de outras questões que são absolutamente superficiais diante do mundo de realizações que conquistamos ao longo desse período. Mas não me queixo absolutamente de nada.

Marília Gabriela: Presidente, essa não foi uma queixa?

Presidente: Veja bem, essa é uma constatação, não há nenhum tipo de queixa, nenhum tipo de solicitação. Cada um joga da maneira que julgar conveniente. Eu jogo o meu jogo, e aqueles que quiserem continuar agindo assim, que continuem. Eu até respeito o direito que têm de continuar jogando assim.

Marília Gabriela: Presidente, uma última cobrança. O senhor tem lançado mão das Medidas Provisórias com muita freqüência, quando a Constituição prevê esse instrumento para casos de exceção e calamidade. Qual é o nosso?

Medida Provisória

Presidente: A Medida Provisória é um instrumento típico de um regime parlamentarista.

Quando da elaboração da Constituição, em sua primeira fase, na Comissão de Sistematização, tínhamos um texto constitucional baseado num mandato de quatro anos para os presidentes da República e regime parlamentarista.

Na segunda fase, quando foi a plenário para receber as emendas e todo aquele processo, o mandato foi modificado para cinco anos, e ficou o sistema presidencialista de governo. Mas esqueceram de adaptar a Constituição. A Medida Provisória foi embutida no texto constitucional, no seu início, porque era um instrumento nitidamente de regime parlamentarista. Agora, sem Medida Provisória, sem esse instrumento, é impossível administrarmos ou tocarmos a administração no Brasil. Alguns dizem que o Governo editou muitas Medidas Provisórias, mas é preciso ver a correspondência entre as medidas editadas, as ações empreendidas e os resultados alcançados. Maior calamidade do que o processo de hiperinflação que vivíamos?

Quando o Governo tomou posse no dia 15 de março do ano passado, nós estávamos com uma inflação de 90% ao mês, e hoje, estamos ainda nos debatendo com a inflação de 20% ao mês, passado um ano.

Nenhum outro programa de ajuste no passado, um ano depois estava mantendo um nível inflacionário muito mais baixo do que no início do programa, embora alto para o nosso desejo e para o que queremos estabelecer como padrão. Um ano depois da edição do Plano Cruzado, tínhamos retornado aos índices de inflação do início do Plano.

Então, há uma correspondência nítida entre o número de Medidas Provisórias e o nível de reformas alcançado no País, sem dúvida nenhuma. Em todos os momentos em que posso encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei, eu faço. O

fato é que essas medidas tinham que estar revestidas de sigilo. Imagine se eu digo que vou mandar um projeto de lei acabando com o over ou acabando com a correção monetária. Seria impraticável.

Como é que podemos tomar medidas dessa natureza sem que seja por um instrumento que tenha uma eficácia imediata, como a Medida Provisória, mesmo que depois venha a ser aperfeiçoadas, quando levada a debate no Congresso Nacional?

Mas em todos os instantes em que o projeto de lei possa ser o veículo para a discussão de um assunto, que o Governo entende como importante, eu o mandarei ao Congresso Nacional.

Guerra no Golfo

Marília Gabriela: Acabou a guerra no Golfo, os aliados venceram. O aumento do preço dos combustíveis e o fechamento dos postos, foram mesmo necessários?

Presidente: Sem dúvida, diante da situação criada com a guerra no Golfo Pérsico, era necessário provermos convenientemente as nossas reservas estratégicas de combustível, de gás liquefeito/G.I.P., do gás de cozinha, assim por diante.

As medidas adotadas foram convenientes para o que se previa em relação ao desdobramento da guerra do Golfo. A população entendeu e apoiou — as pesquisas apontam — a iniciativa do Governo. Agora, com o fim das hostilidades, vamos reavaliar a situação e ver que medidas adotaremos.

Marília Gabriela: A segunda questão se refere à nossa política exterior. O Brasil não apoiou explicitamente os aliados, deu apenas um apoio formal à Resolução das Nações Unidas, e muita gente acha que o País perdeu com isso. Essa posição vai ter mesmo alguma consequência nas nossas relações com os Estados Unidos?

Presidente: Não, não acredito. A posição do Brasil em relação ao conflito foi absolutamente correta. Desde o primeiro instante manifestamos o nosso apoio integral a todas as resoluções das Nações Unidas. Em todos os momentos nos manifestamos a favor da legalidade, da paz mundial, do respeito à soberania, no caso do Kuaite e do seu povo.

Não tomamos outras atitudes, tais como enviar tropas ao Golfo, ou algum tipo de colaboração militar, porque entendemos que a presença do Brasil no cenário internacional não é historicamente esta. O deslocamento de forças brasileiras para o exterior sempre esteve dentro do conceito de força de paz, e não de força para lutar numa área conflagrada como a do Golfo Pérsico.

Marília Gabriela: O Presidente Bush reclamou mesmo?

Presidente: Nunca reclamou, ao contrário. O Presidente Bush vem manifestando o seu apreço e o seu interesse em estreitar ainda mais as relações com o Brasil. Ainda ontem encaminhou uma mensagem ao Presidente do Brasil, manifestando e ratificando essa sua disposição.

Marília Gabriela: Vocês vão se encontrar em junho?

Presidente: Em junho eu irei em visita oficial aos Estados Unidos.

Dívida Externa

Marilia Gabriela: Dívida externa é um assunto que nós, muito preocupados com as questões internas, perdemos um pouco de vista. Como é que estamos em relação à dívida externa? O Brasil tem condições de honrar seus compromissos?

Presidente: Tem condições de honrar os seus compromissos dentro de prazos e dentro do escalonamento da sua dívida. O

que o Brasil não pode hoje, por absoluta falta de recursos, é pagar os juros atrasados, acumulados nos últimos doze, quatorze meses. O Brasil deseja ter uma renegociação da dívida, compatível com a sua capacidade de pagamento, sem em nenhum momento penalizar o crescimento econômico do País.

De um lado há um grupo de bancos que deseja receber todos os atrasados de uma vez só, e do outro lado está o Brasil, que deseja pagar os atrasados, mas no maior prazo de tempo possível, e com as menores parcelas iniciais possíveis, de modo a adequar o pagamento da dívida externa ao processo de estabilização econômica interna, com a geração de superávits que permitam financiar o nosso desenvolvimento e, ao mesmo tempo, amortizar a dívida externa.

Marília Gabriela: Missão impossível?

Presidente: Não, não é impossível. Basta ter um bom negociador como o Embaixador Dauster, que vem se conduzindo com muita competência e com absoluta lealdade, e também mostrar aos nossos credores que não desejamos tomar nenhuma posição unilateral. A nossa posição não é de confronto, não é de criar qualquer tipo de ruptura nessas negociações. Nossa posição é construtiva, é positiva, é de negociação.

Marília Gabriela: O Senhor foi responsável por uma grande diminuição do número de ministérios. O senhor está satisfeito, ou a Reforma Ministerial ainda não acabou? Tem algum fundamento a notícia de que o Ministério da Infra-Estrutura vai se dividir novamente?

Presidente: Não, não tem. Continua do jeito que está. Aliás, isso é mais uma invenção desses noticiários. Eu nunca vi tanta coisa...

Marília Gabriela: Mas de onde sai? Sai daqui de dentro, Presidente?

Presidente: Na minha época de jornalista, e não fazem tantos anos assim, na hora de escrever uma matéria eu colocava, minimamente, «segundo uma fonte». Na terceira vez que eu utiliza-

va o «segundo uma fonte», o secretário de redação me dizia: «Esse negócio de segundo uma fonte é conversa fiada. Quem é essa pessoa?» Ele queria se assegurar de que aquilo não era uma encenação.

Hoje, se a gente for verificar, não existe a fonte. Se você for verificar o noticiário dos jornais, vai encontrar pelo menos cinco matérias sobre o Governo que dão como origem «uma fonte», ou «na ante-sala do Ministério», ou «um amigo de um assessor», enquanto só uma matéria diz: «O Secretário fulano afirmou isso». A relação é de cinco para uma.

Aparecem as coisas mais imaginosas. Uma hora dividem o Ministério da Infra-Estrutura, outra tiram a universidade do Ministério da Educação, outra tiram o Ministro. Quando eles notam que foi um equívoco, dizem que outra fonte do Palácio do Planalto desmente a fonte anterior. É uma confusão, parece piada.

Isso acontece inclusive em matérias assinadas, e nesses casos eu peço ao Cláudio Humberto para tomar providências.

O Cláudio liga para quem assinou a matéria e diz: «Olha, eu até acredito que você realmente tenha uma fonte, mas não leve mais essa fonte em consideração, porque está passando para você notícias inteiramente equivocadas».

Mas é uma coisa impressionante. Nessa questão da Reforma Administrativa, quando há umas duas semanas fui despedir no Ministério da Infra-Estrutura, em função do que estava sendo noticiado chamei o Secretário de Administração e perguntei: «Santana, será que o Palácio do Planalto fica lá, ou você vai dividir o Palácio também?»

Tinha um companheiro meu no *Jornal do Brasil*, não sei se ainda é vivo, que era um sujeito extraordinário, um boa praça, mas que não gostava de trabalhar, não cobria o setor dele direito. Ele era foca, e muitas vezes pedia a mim, que também era foca e nem sempre tinha pauta a cumprir, que fosse em tal lugar ver o que estava acontecendo e contar a ele. Eu ia, contava, e ele fazia uma matéria que parecia que ele tinha estado lá muito mais do que eu. Ele floreava, era uma coisa criativa. Ele me perguntava se eu tinha visto algum político por lá, conversando

com alguém. E colocava na matéria que o deputado tal conversara com fulano e que tinha sido ouvido isso e aquilo.

Marília Gabriela: O senhor acha que isso está acontecendo hoje?

Presidente: Demais, demais. É necessário que haja um maior interesse de alguns repórteres para colher a notícia. E mais: apurar a notícia. Não é ficar dizendo que foi ouvido não sei o quê numa mesa. É preciso apurar.

O Ministério

Marília Gabriela: Então eu vou fazer aqui um pouco de jornalismo literário. Vou copiar Drummond e dizer o seguinte: «Cabral, que não se dá com Zélia, que disputa com Passarinho, mais Ozires que olha de lado para o Santana, e o Magri que reclama porque ficou de fora de toda a transação». É o Ministério.

Presidente: As coisas não se passam assim. São extraordinariamente maximizadas.

Marília Gabriela: Presidente, o senhor planeja alguma reforma ministerial? Vai continuar todo o mundo que está aí, a exemplo da Ministra Zélia, até o final do Governo?

Presidente: Os ministros foram chamados por mim dentro desse horizonte que eu tenho de mandato. Questões de ordem pessoal podem levar algum integrante a eventualmente achar que já prestou serviços ao Governo e que deseja ir para outra atividade. Não que haja de minha parte nenhuma movimentação em relação a isso. Eu estou satisfeito com a equipe. Ela está indo bem. Naturalmente, numa equipe de Governo, com uma máquina administrativa como essa, há sempre a necessidade de fazer-

mos reuniões seguidas no sentido de buscar a unidade nas declarações, nos objetivos, nas ações e assim por diante.

Marília Gabriela: Uma eventual substituição é possível?

Presidente: Não é uma coisa previsível. É a mesma coisa que você perguntar: «O senhor tem dúvida de que um dia vai morrer?» Não. Eu não tenho dúvida nenhuma. Algum dia todos nós seremos chamados por Deus.

É impossível responder se em alguma hora alguém vai sair. Não sei. De minha parte, não existe nenhum tipo de mobilização, de movimentação para substituir quem quer que seja no Ministério que aí está. E essas notícias a que você se refere a respeito desse ou daquele ministro são notícias maximizadas. Há, naturalmente, discussões, no bom sentido, em que cada um apresenta a sua posição, defende com calor a sua posição. E quando não é encontrado um denominador comum, leva-se o problema ao Presidente para decidir. Isso é uma prática normal de administração. E não se pode achar que o fato de um estar defendendo o seu ponto de vista, contrariando o ponto de vista do outro, configure uma briga, uma ruptura. Não tem nada disso.

Marília Gabriela: Presidente, por que que os economistas que já passaram por aqui insistem em que o Plano vai fracassar? O pai da indexação, o Roberto Campos, disse que esse Plano falha, provavelmente agora, porque o brasileiro sempre acha um jeito de indexá-lo.

Presidente: Só que, no momento em que retiramos a possibilidade de que essa indexação se faça de uma maneira fácil e automática, estamos inibindo a indexação que, sem dúvida nenhuma é um fator realimentador da inflação, numa conjuntura como a nossa em que existe a tal da inflação inercial, em que ainda existe uma cultura inflacionária muito forte, que de alguma maneira precisa ser cortada. Com essas medidas que adotamos agora, estamos inibindo a possibilidade de a economia se indexar, porque entendemos que é necessário e imprescindível a desindexação para podermos impedir que essa inflação inercial volte a se manifestar.

Marília Gabriela: Os economistas falam mal, por quê?

Presidente: Eu sou economista e sei que o economista, se não tomar cuidado, fala mal até das suas próprias idéias. Então isso é complicado.

Marília Gabriela: O senhor pretende uma antecipação da reforma constitucional? O Presidente do Banco Central já disse que esta Constituição avalia de alguma forma a cultura inflacionária.

Presidente: Esse assunto foi trazido à discussão por parlamentares de prestígio no Congresso Nacional. No final do ano passado, quando me perguntaram sobre reforma constitucional, eu secundei a preocupação desses parlamentares de que se essa modificação fosse promovida em 93, na véspera da eleição de 94, o Congresso, em função do clima eleitoral, não teria a isenção e a tranquilidade necessárias para efetivá-la. Eu estava apenas sublinhando, vamos dizer assim, opiniões já anunciadas pelos mais diversos setores da opinião pública e política do País. Então disseram que eu estava querendo modificar a Constituição. Não; eu apenas participo dessa preocupação. Acho que a reforma deve ser antecipada, sim, para que essa reformulação se realize dentro do necessário clima de tranquilidade no Congresso Nacional, de tal maneira que as adaptações e correções sejam procedidas de forma correta.

Marilia Gabriela: Qualquer profissional quer chegar ao ápice de sua carreira. O político profissional Fernando Collor de Mello chegou lá muito moço, aos 40 anos de idade. Ser Presidente da República, afinal, era o que o senhor esperava, ou não?

Presidente: Não imaginava que um dia pudesse ser Presidente da República. Para mim foi um momento de satisfação muito grande, porque sou, basicamente, um executivo. Venho da empresa privada e gosto de executar, de dirigir, de gerenciar e de administrar. Nenhum desafio é maior do que administrar um país das dimensões do Brasil, com os problemas que tem. Além

da honra de ser, aos 40 anos de idade, o primeiro Presidente eleito depois de 30 anos.

Marília Gabriela: Então era uma coisa boa. O senhor se surpreendeu pelo lado bom.

Presidente: Sim. Claro que foi uma surpresa muito boa quando eu me vi dentro de uma campanha eleitoral, disputando uma campanha para Presidente da República com esses grandes nomes da política nacional que eu ouvia falar desde pequeno.

Marília Gabriela: É gostoso ser Presidente da República?

Presidente: É muito bom. Eu gosto muito.

Estilo Pessoal

Marilia Gabriela: O senhor é do signo de Leão, que dizem que é o signo dos protegidos dos deuses, de gente de temperamento forte. Aliado à sua juventude, fico imaginando se não é difícil viver sob constante vigilância de seguranças, de protocolo, de cerimonial...

Presidente: Isso é muito complicado. De jornalistas também, você se esqueceu. Isso é meio complicado porque não se tem a privacidade de que todos nós precisamos. Não se tem sequer alguns momentos livres de todo esse aparato.

Marília Gabriela: Essa privacidade muito invadida é ruim?

Presidente: É ruim. Você vai a um restaurante e a preocupação que se tem é a de noticiar, não com quem você está, mas sim o que é que o Presidente comeu, quanto custou o prato, o que é que bebeu, quanto custou a bebida, quem pagou a conta, quan-

to tempo demorou. Você fica de tal maneira invadido na sua privacidade que naturalmente isso causa alguma tensão.

Marilia Gabriela: Raiva?

Presidente: Raiva, não, porque quando eu tenho raiva eu não consigo guardar. Desse mal eu não morrerei.

Marilia Gabriela: Presidente, o senhor tem calos nas mãos, de caratê. Nunca mais usou golpes na parede, num momento de tensão, depois de Presidente?

Presidente: Bem que gostaria de ter utilizado. Mas não fiz, não.

Marilia Gabriela: O senhor não tem tido explosões?

Presidente: Não. Mas a qualquer momento eu entro em erupção de novo.

Marilia Gabriela: O senhor tem dois filhos de um primeiro casamento. Moram com a mãe no Rio. Como é a sua relação com eles? Dá tempo de conversar? O senhor é um bom pai ou não?

Presidente: Essa pergunta quem pode responder é exatamente o filho. Eu acho que o relacionamento pai e filho, sobretudo nesse final de século, com tantas mudanças em termos de comportamento, de hábitos, é uma relação que tem que ser muito atualizada, porque a cada semana a gente percebe uma certa diferença no comportamento dos filhos, pelo menos naqueles da idade dos meus, de 13 e 14 anos. Então é necessário você estar muito atualizado e ter muita sensibilidade para apreender essas mudanças que se operam nas crianças nessa fase, para que você não esteja dissociado do mundo deles.

Marilia Gabriela: O senhor tem esse comportamento?

Presidente: Tenho procurado fazer o possível para estar adaptado a isso.

Marília Gabriela: O senhor está casado pela segunda vez com a D. Rosane. Eu gostaria de saber se o senhor gosta do casamento. Como o senhor descreveria a instituição «casamento»?

Presidente: Absolutamente necessária. A família, sem dúvida, é a célula da sociedade. E é importante o casamento e o relacionamento sincero, amigo, revestido de amor entre um homem e uma mulher.

Marília Gabriela: Prazeres. Quais os que o senhor gosta mais de se dar?

Presidente: Uma boa mesa.

Marília Gabriela: Que prato?

Presidente: Todos. Eu gosto muito de uma boa mesa.

Marília Gabriela: Até de jiló?

Presidente: Também. Não tenho nada contra, não.

Marília Gabriela: Insistem em dizer que esses seus cabelos brancos aí na frente surgiram depois da posse, depois do poder absoluto. É verdade? Se for verdade, que nome eles têm?

Presidente: Os meus são poucos. Estão aí. E eu me esqueço como é que eles nasceram e quem causou isso.

Marília Grabiela: Mas são posteriores à Presidência?

Presidente: Acho que sim.

Marilia Gabriela: O Presidente Bush está propondo uma nova ordem mundial. Qual a sua opinião sobre ela? E o senhor, como Presidente de um país que ainda é do Terceiro Mundo, que tipo de nova ordem mundial proporia?

Presidente: Eu me permitiria não concordar com essa declaração de que o Brasil é um país do Terceiro Mundo. Acho que o

Brasil está num patamar acima. Ser a oitava economia do mundo, por si só, já garante essa posição intermediária entre o Terceiro Mundo e o mundo desenvolvido.

Preocupa-me bastante isso que estão querendo chamar de uma nova ordem mundial. Preocupa-me o novo desenho geopolítico do mundo. Com o fim da guerra fria, deixamos de lado esse mundo bipolar, do ponto de vista ideológico, e estamos tentando resolver uma nova bipolaridade que sucedeu àquela, que é a dos países ricos de um lado e dos países pobres de outro. Precisamos procurar pontes de entendimento com esse mundo desenvolvido para que nos sejam dadas condições de crescer economicamente, para que os fluxos de capital não sejam interrompidos, que a tecnologia nos seja fornecida e assim por diante.

A guerra no Golfo eclode no momento em que a União Soviética se encontra um pouco debilitada diante dos enormes problemas e desafios que o Presidente Gorbachev tem pela frente. Portanto, sem muito tempo para dedicar atenção àquele episódio lamentável da conflagração no Golfo. Compõe-se um conjunto de forças jamais visto na história da humanidade. Os chamados «aliados», coordenados pelos EUA, no final de quase 50 dias obtêm uma vitória esmagadora. E, portanto, os Estados Unidos emergem de toda esta crise com muita força.

Eu espero — e tenho certeza, porque o Presidente George Bush sempre me transmitiu isso — que esse sentimento dele seja permeado a toda a sua administração; que os Estados Unidos saibam administrar de uma forma conveniente e justa essa enorme força que acumulou com o fim da crise no Golfo Pérsico.

É essa a minha expectativa que espero se configure com atitudes concretas do Presidente americano.

Marília Gabriela: Bate bola, jogo rápido. Poder, uma definição.

Presidente: Ilusão.

Marília: Um ídolo.

Presidente: Cristo.

Marília: Um arrependimento.

Presidente: Nenhum.

Marília: Brasil e ecologia.

Presidente: Tudo a ver.

Marília: Um vício.

Presidente: Trabalhar.

Marília: Uma superstição.

Presidente: Várias.

Marília: Estou vendo. O senhor estava escolhendo. Escolha uma.

Presidente: Não passar por debaixo de escada.

Marília: O livro de cabeceira do momento.

Presidente: É um livro exatamente sobre Sadam Hussein, escrito depois do inicio da guerra por duas jornalistas, uma do New York Times e outra de uma revista francesa.

Marília: Brasil 2000.

Presidente: Primeiro Mundo.

Marília: Reeleição, sim ou não, por quê?

Presidente: Talvez antes disso fosse bom perguntar «presidencialismo ou parlamentarismo»? Eu responderia parlamentarismo e, em função disso, estaria respondida a outra pergunta.

Marília: Reeleição, nem pensar?

Presidente: Não tenho por que pensar.

Marília: Um presidente admirável.

Presidente: Chefe de governo, pode ser? Winston Churchill.

Marília: Um presidente ou um chefe de governo que o senhor prefira esquecer.

Presidente: Tem muitos. Nenhum em especial.

Marília: Um medo.

Presidente: Não tenho medo.

Marília: De nada, Presidente?

Presidente: De nada, de absolutamente nada. Graças a Deus.

Marília: Nem de barata?

Presidente: Não sou muito simpático à presença de uma barata.

Marília: Isso se chama medo. Um país modelo.

Presidente: Não existe.

Marília: Nenhum?

Presidente: Não. Dentro dos padrões que tenho na minha cabeça, não.

Marília: Um conselho inesquecível.

Presidente: Do meu pai, dois conselhos. O primeiro: «As facilidades iludem e enfraquecem; as dificuldades ensinam e fortalecem». E o outro ele me deu quando eu ingressei na área política: «Eu quero te dar três conselhos: o primeiro, ter paciência; o segundo, ter paciência; o terceiro, ter paciência.»

Marília: E vencer ou vencer?

Presidente: É isso. Vencer ou vencer.

Marília: Fernando Collor de Mello por Fernando Collor de Mello.

Presidente: Uma pessoa de fé, idealista, leal e absolutamente convencida de que o Brasil tem solução, e de que com o apoio da população nós, unidos, juntos, coordenadamente, haveremos de retirá-lo da difícil situação por que vem passando.

Marilia: Obrigada pela entrevista, Presidente.

Presidente: Obrigado.

*Entrevista concedida à jornalista
Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes,
no programa Cara a Cara, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no dia 3 de março de 1991.*